

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Ana Beatriz Mori de Oliveira

**MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E O NOVO MODELO DE PLANEJAMENTO
URBANO: O PROCESSO DE EMPRESARIAMENTO DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO ATRAVÉS DO PAN-2007**

SÃO PAULO

2024

Ana Beatriz Mori de Oliveira

**MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E O NOVO MODELO DE PLANEJAMENTO
URBANO: O PROCESSO DE EMPRESARIAMENTO DA CIDADE DO RIO DE
JANEIRO ATRAVÉS DO PAN-2007**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do título de BACHAREL em Relações Internacionais, sob orientação do Professor Doutor Tomaz Oliveira Paoliello. Coordenadora Professora Doutora Luiza Rodrigues Mateo.

SÃO PAULO

2024

AGRADECIMENTOS

Agradeço àqueles que tornaram minha trajetória universitária possível, meus pais, Daniela Elisa Mori e João Carlos de Oliveira (Barraca), pelo apoio e amor em todos os momentos.

Aos meus avós, José Roberto Mori e Maria Tereza Gonçalves, que me incentivaram e se fizeram presentes desde os cafés da tarde até as ligações à distância.

Ao meu irmão, Daniel Augusto Mori, que me abrigou e foi essencial neste percurso desde a minha chegada em São Paulo.

Ao meu companheiro, Hasan Ziad, que esteve comigo e tornou todo o caminho mais leve.

Aos meus familiares e amigos, que acompanharam e vibraram pelas minhas conquistas desde o início.

Aos meus professores, com quem aprendi e dividi salas de aula e palestras.

E ao meu orientador, Professor Doutor Tomaz Oliveira Paoliello, pelo acompanhamento, conversas e orientações ao longo do último ano.

RESUMO

DE OLIVEIRA, Ana Beatriz Mori. Megaeventos Esportivos e o Novo Modelo de Planejamento Urbano: O Processo de Empresariamento da Cidade do Rio de Janeiro através do Pan-2007.

O presente trabalho de conclusão de curso tem como intenção apresentar e discutir o papel dos megaeventos esportivos no processo de ascensão do protagonismo exercido pelas cidades no cenário internacional através da adoção de um novo ideário de planejamento urbano. Para alcançar tal objetivo, o trabalho se propõe a apresentar a trajetória de consolidação do modelo de empresariamento urbano, caracterizado pela valorização do desenvolvimento econômico, das parcerias público-privadas e da atração de novas formas de investimento; e debater sobre a atribuição de responsabilidades às cidades antes restritas somente ao Estado-nação. Este cenário, marcado pela progressiva magnitude das estratégias de *city marketing*, caracterizou a cidade do Rio de Janeiro a partir do século XX, em que os megaeventos esportivos tornaram-se elementos fundamentais de alteração e reconstituição da paisagem urbana carioca em torno das prioridades do capital. Como metodologia, foi realizada uma revisão bibliográfica referente ao tema, incluindo relatórios e o uso de fontes secundárias. Por fim, o presente trabalho de conclusão de curso visa apresentar um estudo de caso acerca dos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos de 2007, apontando as estratégias adotadas ao longo de sua execução e os efetivos por trás de sua realização.

Palavras Chaves: Megaeventos Esportivos; Empresariamento Urbano; Promoção Internacional do Rio de Janeiro; Jogos Panamericanos e Parapanamericanos.

ABSTRACT

DE OLIVEIRA, Ana Beatriz Mori. Sporting Mega-events and the New Model of Urban Planning: The Process of Entrepreneurialism in the City of Rio de Janeiro through Pan-2007.

The present bachelor thesis paper intends to present and discuss the role of sporting mega-events in the process of the rise to prominence of cities on the international stage through the adoption of a new idea of urban planning. In order to achieve this goal, the paper sets out to present the consolidation of the urban entrepreneurial model, characterized by the valorisation of economic development, public-private partnerships and the attraction of new forms of investment; and to debate the attribution of responsibilities to cities that were previously restricted to the nation-state. This scenario, marked by the magnitude of city marketing strategies, characterized the city of Rio de Janeiro essentially from the 20th century onwards, in which mega-sporting events became fundamental elements in altering and reconstituting Rio's urban landscape around the priorities of capital. The methodology used was a bibliographical review of the subject, including reports and the use of secondary sources. Finally, this final year's work aims to present a case study of the 2007 Pan American and Parapan American Games, pointing out the strategies adopted during their execution and the effectiveness behind their realization.

Key Words: Sports Mega-events; Urban Entrepreneurship; International Promotion of Rio de Janeiro; Pan-American and Parapan-American Games.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. A ESPETACULARIZAÇÃO DAS CIDADES E OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO NOVO IDEÁRIO DE PLANEJAMENTO URBANO	10
3. A PROMOÇÃO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS JOGOS PANAMERICANOS E PARAPANAMERICANOS DE 2007.	15
4. CONCLUSÃO.....	24
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	25

1. INTRODUÇÃO

Os megaeventos esportivos configuram um elemento central na ordem do dia. Definidos como um conjunto periódico de competições, possuem alcance planetário e acontecem, geralmente, a cada quatro anos. Fruto de um vertiginoso aumento no volume de investimentos atraídos a cada edição, são um dos protagonistas da atual “sociedade do espetáculo” e transformam o espaço no qual estão acomodados (DEBORD, 1967 apud VAINER, 2011).

Atores fundamentais na reconstituição do cenário urbano, os grandes eventos esportivos têm apresentado significativos impactos, positivos e negativos, no ambiente em que estão localizados. A mobilização de capital privado, bem como a atração de uma rica classe turística, tornaram-se uma justificativa para a redistribuição populacional e a idealização de novos projetos de urbanização das áreas públicas. Neste contexto, a aliança “mídia-esporte-negócios” apresenta-se como fio condutor da crescente grandiosidade dos megaeventos esportivos, pautando-se em “bilionários contratos televisivos e patrocínio de grandes marcas comerciais, interessadas na ampla visibilidade internacional proporcionada pelo espetáculo esportivo” (MASCARENHAS, 2014).

Simultaneamente, a magnitude desempenhada pelos eventos esportivos dentro do sistema de reestruturação urbano-capitalista impulsionou um protagonismo assumido pelas cidades antes restrito somente ao Estado-nação. Alavancadas pela dinamização da economia local e pela ampliação da respectiva imagem no acirrado cenário global, as cidades passaram, cada vez mais, a interessar-se pela disputa da obtenção do direito de sediar os megaeventos esportivos.

Para os Jogos Olímpicos de 1984, por exemplo, apenas a cidade de Los Angeles apresentou-se como candidata. Para as Olimpíadas de 1988, na Capital da Coreia do Sul, haviam duas candidaturas. Já os Jogos de 1992 e 1996, acomodados, respectivamente, em Barcelona e Atlanta, contaram com a candidatura de cinco cidades diferentes. O posto de cidade sede das Olimpíadas de 2004, vencido por Atenas, foi disputado por dez cidades. Esta tendência de crescimento, marcada pelo papel de reafirmação dos megaeventos esportivos como ferramenta de *city marketing*¹, encontrou apoio na chamada “virada olímpica”, a partir de 1980 (MASCARENHAS, 2014).

Com o início da gestão do catalão Juan Antonio Samaranch (1980) no Comitê Olímpico Internacional (COI), os megaeventos esportivos passaram a ser pautados por princípios de gestão empresarial do esporte. Tais diretrizes somaram-se à eclosão de estratégias neoliberais

¹ O conceito em torno do termo *city marketing* será explorado no primeiro capítulo desta tese.

contemporâneas e à emergência da abordagem do empresariamento urbano, privilegiando o desenvolvimento econômico em detrimento do gerenciamento das cidades a partir dos anos setenta e oitenta.

A parceria público-privada tornou-se uma peça chave para a atração de investimentos através de empreendimentos imobiliários pontuais e especulativos, provocando uma tendência de adoção de ‘fragmentos urbanos’ efêmeros e multifacetados em oposição ao desenvolvimento de valores permanentes e de longo prazo.

Os investimentos, no intuito de atrair o consumo, paradoxalmente se aceleram como reação à recessão generalizada; cada vez mais se concentram na qualidade de vida, na valorização do espaço, na inovação cultural e na elevação da qualidade do meio urbano (inclusive a adoção de estilos pós-modernistas de arquitetura e de desenho urbano), nos atrativos de consumo (estádios esportivos, centros de convenções, shoppings centers, marinas, praças de alimentação exótica), entretenimento (a organização de espetáculos urbanos temporários ou permanente) se tornaram facetas proeminentes das estratégias da renovação urbana. Acima de tudo, a cidade tem que parecer como um lugar inovador, excitante, criativo e seguro para viver, visitar, para jogar ou consumir (HARVEY, 1989).

Este modelo empreendedorista, consolidado nas últimas quatro décadas, apresenta ampla confluência com os objetivos da cidade do Rio de Janeiro ao candidatar-se e sediar, posteriormente, os Jogos Panamericanos e Parapanamericanos de 2007 (Pan-2007). A hospedagem deste megaevento pode ser compreendida como um grande esforço de sinalização e publicização da atratividade do Rio de Janeiro, por meio de atributos propositalmente construídos, para motivar a vinda de investidores estrangeiros, turistas, empresários, promotores imobiliários e empresas multinacionais.

A partir da análise de fontes primárias² e secundárias, o presente trabalho de conclusão de curso busca ilustrar a maneira pela qual o processo de empresariamento do cenário urbano das cidades, especialmente do Rio de Janeiro, foi instrumentalizado não somente para securitizar as sedes desportivas do Pan-2007, mas também e, principalmente, para gerar um consenso entre elites internas e a comunidade internacional acerca do desenvolvimento de um espaço público mais atrativo na cidade.

O texto se estrutura em três segmentos. Inicialmente, será apresentada a natureza por trás da ascensão do protagonismo das cidades dentro do novo ideário de planejamento urbano,

² Entre as fontes primárias analisadas, estão o Relatório Oficial dos XV Jogos Pan Americanos e III Jogos Parapan-Americanos Rio 2007, do Comitê Olímpico Brasileiro (COB), e o Relatório de Acompanhamento das Ações e Obras relacionadas aos Jogos Pan e Parapan-americanos de 2007, do Tribunal de Contas da União (TCU).

caracterizado pelo neoliberalismo e pelo modelo de gestão empresarial municipal. Ainda nesta seção, a tese buscará demonstrar a maneira pela qual este novo arquétipo de cidade articula-se com o modo de produção e organização dos megaeventos esportivos, caracterizados pela atração de investimentos estrangeiros e pelo vasto apelo midiático. Em seguida, o processo histórico por trás da promoção internacional do Rio de Janeiro será estudado, enfatizando o regime de mercantilização da cidade através do Pan-2007. Por fim, o legado dos megaeventos esportivos, tanto no contexto nacional, quanto internacional, será analisado.

2. A ESPETACULARIZAÇÃO DAS CIDADES E OS MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO NOVO IDEÁRIO DE PLANEJAMENTO URBANO

Este capítulo propõe-se a discutir sobre as mudanças originadas a partir dos anos 1970 e 1980 na formulação das políticas urbanas, pautadas na crescente primazia das cidades na conjuntura internacional. O estudo das estratégias políticas, econômicas e midiáticas do novo planejamento urbano é essencial ao se analisar o contexto por trás da ascensão e promoção das cidades dentro dos projetos de reestruturação neoliberal e internacionalização do espaço municipal.

Nas últimas décadas, a produção e a gestão das cidades foram profundamente afetadas pelas conversões do capitalismo. Em grandeza mundial, o pensamento neoliberal contemporâneo assumiu demasiada influência na história do planejamento e das políticas urbanas, levando à conquista de autonomia e à crescente importância das cidades no competitivo cenário mundial. As paisagens física e social, de acordo com David Harvey (1989), foram moldadas conforme critérios capitalistas, levando à reorientação de procedimentos relacionados à administração urbana.

Neste quadro, caracterizado pelo início do chamado “urbanismo-espetáculo” (SÁNCHEZ, 1999), as ferramentas tradicionais de planejamento urbano sofreram consideráveis pressões provenientes de um conjunto de fenômenos. Dentre eles, Fernanda Sánchez (1999) destaca o dinamismo das variações na economia mundial, as agitações geopolíticas, o crescente progresso tecnológico, as alterações nos comportamentos socioculturais, a atuação de numerosos agentes econômicos no cenário urbano, a acomodação de países em blocos e a abertura de mercado a nível mundial. Esta amplitude de mercado, em particular, foi responsável por alavancar a rivalidade entre as cidades no ambiente internacional, visando a captação de investimentos, financiamentos públicos e a atração de turistas.

Em paralelo, fatores como infraestrutura física, organização comunicacional, regulação política e bem-estar social buscaram sinalizar as singularidades de cada território, viabilizando a atração de novos patrimônios e articulando a venda da cidade no mercado global. Neste processo, a utilização de aparatos publicitários e a construção de imagens criativas ganharam grande relevância, especialmente em torno do conceito de *city marketing*.

O *city marketing*, definido por Fernanda Sánchez (1999) como a “criação ou atendimento das necessidades do consumidor, seja este empresário, turista ou o próprio cidadão” tornou-se indispensável para a projeção externa dos principais ‘produtos’ das cidades, bem como para a obtenção de significativos efeitos internos no que se refere à formação de um amplo consenso social ao modelo de gestão e manejo do território. Em outras palavras, a produção de imagens através de mecanismos de publicidade assumiu um papel cada vez mais expressivo no processo de ‘espetacularização’ das cidades, firmando-se como um instrumento necessário para assegurar um *status* atrativo no mundo globalizado.

Concentrando-se não somente na produção, mas também na ampla atração dos consumidores, as políticas promocionais de ilustração das cidades basearam-se na “valorização local no contexto da globalização”, aumentando, assim, a importância colocada nas divergências e nos atrativos locais. “É por este marco que os agentes da cidade vêm tomando consciência da permanente competição com outras localidades por novos capitais, aquilo que passou a ser caracterizado como uma verdadeira “guerra dos lugares” (SÁNCHEZ, 1999).

Inserido no contexto de crescente importância alcançada pela produção de imagens e ascensão municipal, o modelo de gestão empresarial das cidades gerou a substituição de diretrizes centradas na abordagem do gerenciamento territorial de longo prazo, em favor da eclosão de instâncias decisórias singulares e temporárias. Em outras palavras, a nova abordagem de planejamento urbano privilegiou “a negociação e o compromisso em detrimento da aplicação da regra majoritária, o contrato em detrimento da lei, a solução *ad hoc* em detrimento da norma”, deslocando-se para o centro dos debates na formulação de políticas e estratégias de crescimento urbano (MASCARENHAS et al, 2011).

Contrariamente ao tradicional planejamento físico-territorial, o empresariamento das cidades passou a enfatizar a execução de “grandes projetos de desenvolvimento urbano”, pautados em “operações emblemáticas, voltadas para a monumentalidade espetacular e para a projeção da imagem urbana” (MASCARENHAS, 2014). A “cidade-empresa” deste novo modelo empreendedor revelou-se como uma mercadoria a ser vendida, competindo, dessa

forma, com outras “cidades-empresas”. Esta abordagem, pautada na gestão público-privada dos municípios, tem gerado demasiadas alterações no comportamento dos governos municipais em relação às suas prioridades na alocação de recursos e implementação de políticas públicas preestabelecidas, pendendo, cada vez mais, à uma “mercantilização da vida urbana” (SÁNCHEZ, 1999).

O novo planejador urbano, resultado da mudança de escopo no planejamento das cidades, passou a nutrir-se de momentos de crise e instabilidade ocasionadas pela globalização. “A figura do planejador, que até há pouco tempo era, ao menos explicitamente, a do regulador da ação da iniciativa privada deixa de ter o perfil do vigilante em prol do bem público, desempenhando agora um novo papel: o de promotor do crescimento” (SÁNCHEZ, 1999).

Este cenário, marcado pelo benefício dos “acordos caso a caso”, caracterizou-se sobretudo pelos conceitos de colaboração público-privada, desregulamentação edilícia, licença de vantagens fiscais e privatização da atmosfera urbana (MASCARENHAS, 2014). A complementaridade de preferências e a formação de coalizões abrangendo a iniciativa privada e o governo local tem transformado, cada vez mais, as grandes empresas transnacionais em entidades de poder político com gradativo grau de intervenção nas políticas municipais (SÁNCHEZ, 1999).

A gestão empresarial das cidades, somada à colaboração e cooperação com o setor privado, passou a estabelecer o modo de enfrentar as questões urbanas, deixando, muitas vezes, programas de cunho social em segundo plano. Para além, circunstâncias diversas são criadas com o intuito de omitir a realidade do município, aumentando sua capacidade atrativa, transformando seus cidadãos em atores secundários e levando, em muitos casos, à despolitização do espaço social. Mais do que isso, o desenvolvimento de grandes empreendimentos efêmeros, turísticos e especulativos, paralelamente às melhorias pontuais em determinada localidade, buscam gerar, em muitos casos, o desvio da atenção pública e política de questões mais relevantes que envolvem a região ou o território como um todo, concentrando-se, assim, no desenvolvimento econômico (HARVEY, 1989).

A ênfase no turismo, na produção e consumo de espetáculos, na promoção de eventos efêmeros numa dada localidade representam remédios favoritos para economias urbanas moribundas. Investimentos urbanos desse tipo podem ser paliativos imediatos apesar de serem efêmeros aos problemas urbanos. Mas estes são, em geral, altamente especulativos (HARVEY, 1989).

Para além, o princípio de gestão empresarial das cidades diferencia-se da administração urbana pela confluência de interesses entre dois campos considerados emergentes: “a nova economia do esporte e o novo paradigma de planejamento e gestão das cidades por meio de projetos ditos estratégicos” (MASCARENHAS et al, 2011). Nesta conjuntura, marcada pelas competitivas retóricas das estratégias de *city marketing*, os megaeventos esportivos foram inseridos como um instrumento fundamental de reconstituição da paisagem urbana em torno das prioridades do capital, absorvendo o excedente produzido pelo capitalismo, garantindo lucros às corporações industriais privadas e consolidando novas medidas de segurança. (SABORIO, 2013).

Por um lado, tal confluência resulta em profunda mudança na organização das competições olímpicas, tornadas megaeventos de ampla projeção midiática e de crucial envolvimento do setor privado e, portanto, com capacidade crescente de impacto urbanístico. Por outro, resulta na incorporação do esporte (enquanto campo produtor de sentidos e significados) na veiculação de uma *imagem positiva* da cidade que organiza tais eventos: imagem de cidade competitiva, disciplinada, saudável, vigorosa e empreendedora, pronta para competir com êxito, no atual contexto de “guerra dos lugares”, pela atração de investimentos privados (MASCARENHAS et al, 2011, P. 37).

Conforme explicita Mascarenhas (2014), os megaeventos esportivos tornaram-se, nas últimas décadas, unanimidade no atual contexto da “sociedade do espetáculo”. A nova concepção de urbanismo olímpico, caracterizada pelo “conjunto de pressupostos e intervenções sobre as cidades que acolhem os grandes eventos olímpicos” (MASCARENHAS, 2014), visou dotar os municípios de projetos específicos, responsáveis por atender modalidades distintas dentro dos padrões normativos internacionais regulamentados pelas entidades organizadoras dos Jogos. Com o início da gestão de Juan Antonio Samaranch (1980-2001) no COI, uma nova concepção gerencial foi imprimida, baseada em estratégias de mercantilização do movimento olímpico. Tratou-se, sobretudo, do estabelecimento de um robusto conjunto de mediações urbanas objetivando a criação de ambientes de alojamento para atletas, trabalhadores de apoio e membros dos Comitês Olímpicos Nacionais ao longo do período de duração dos eventos.

Para além dos requisitos exigidos pelo COI, as cidades olímpicas passaram a incorporar inúmeros outros projetos visando a construção de programas atrativos no âmbito internacional e com significativos impactos na paisagem nacional. Dessa forma, os municípios tornaram-se não somente locais equipados de novas instalações, mas também, territórios providos de “ícones arquitetônicos” e mudanças no sistema de mobilidade urbano, subordinados essencialmente aos principais interesses do capital (MASCARENHAS, 2014).

Assim sendo, desde os anos 1980, o planejamento urbano em torno da preparação dos grandes jogos esportivos mundiais tem caracterizado-se como um ciclo vicioso de amplas intervenções no cenário urbano, incidindo, assim, na valorização do território e na emergência de regimes de gentrificação. Não a título de surpresa, os Jogos Olímpicos posteriores, como Los Angeles (1984) e Barcelona (1992), foram considerados importantes marcos no processo histórico de mudança dos Jogos, caracterizados pela sucessiva participação do poder empresarial em sua estruturação.

A exemplo disso, a edição de Barcelona, realizada em 1992, tornou-se mundialmente conhecida após tornar-se referência nos debates em torno do novo ideário de planejamento urbano. Após duas décadas de ditadura franquista, a região catalã vivenciou um pleno período de “afirmação metropolitana”, almejando maior projeção internacional. A partir do ano de 1986, em que a cidade conquistou o direito de sediar os Jogos Olímpicos de Verão, Barcelona caracterizou-se pela emergência da chamada “segunda modernidade”, alterando o teor da gestão urbana, gerando mudanças infraestruturais no cenário urbano e adicionando novas centralidades à metrópole (MASCARENHAS et al, 2011).

A angariação de recursos públicos e privados foi destinada à infraestrutura urbana, atrelando-se ao *Plan General de Ordenación Urbana del Área Metropolitana de Barcelona*, desenvolvido em 1976. De maneira geral, o projeto olímpico de Barcelona não caracterizou-se por privilegiar unicamente o ecossistema do esporte ou o evento em si, mas sim a cidade como um todo. O programa pautou-se nos seguintes eixos mestres: a revitalização do centro histórico da cidade através da abertura de espaços públicos e da refuncionalização de edifícios; a reinserção da zona costeira na vida social urbana por meio da inserção de chamativos turísticos e de lazer; construção de parques urbanos e “monumentalidades” na periferia através da recuperação de equipamentos e espaços inutilizados; melhorias nas infraestruturas de acesso, incluindo ampliação da rede de transporte público e multiplicação das visas de uso exclusivo de pedestres na área central; introdução de instrumentos urbanos na zona metropolitana voltados à prática esportiva, arte e cultura; e a expansão da rede municipal de esgoto (MASCARENHAS, 2014).

Nota-se, a partir disso, que o planejamento urbano dos Jogos Olímpicos de Barcelona refletiu o desenvolvimento de um plano diretor focado sobretudo no âmbito metropolitano e cosmopolita dentro do contexto de redemocratização do país. Ao optar pela construção de um parque olímpico descentralizado e espalhado pelos quatro cantos da cidade, Barcelona reuniu

esforços para conectar os objetivos da gestão empresarial urbana e, ao mesmo tempo, ampliar melhorias e infraestrutura à periferia do município.

Ao candidatar-se como cidade-sede dos Jogos Olímpicos de Verão de 2004, a cidade do Rio de Janeiro obteve a oportunidade de argumentar a realização de um megaevento esportivo com urbanistas catalães, que atuaram no planejamento urbano da cidade de Barcelona ao longo do período de preparação para os Jogos, em um seminário promovido pela prefeitura municipal do Rio de Janeiro no ano de 1996. Na ocasião, enfatizou-se a perspectiva do “equilíbrio urbano”, marcado pelo cuidado com a distribuição espacial das acomodações de maneira ampla e contemplativa (MASCARENHAS et al, 2011).

Apesar da disputa para sediar os Jogos de 2004 ter sido vencida pela cidade de Sidney, na Austrália, o Rio de Janeiro conquistou, em 2002, o direito de sediar um evento olímpico considerado de menor alcance: os Jogos Panamericanos e Parapanamericanos de 2007. O planejamento urbano desenvolvido para o Pan-2007, no entanto, foi marcado por um distanciamento das diretrizes estabelecidas previamente em sua candidatura. A dinamização de áreas esmorecidas e a redistribuição de instrumentos de uso coletivo foram substituídas por um urbanismo extremamente “mercadófilo”, orientando a gestão urbana do Rio de Janeiro em direção aos interesses do setor empresarial e concentrando grande parte de seus investimentos, como a Vila Olímpica e as instalações esportivas, em áreas nobres do território (MASCARENHAS et al, 2011).

3. A PROMOÇÃO INTERNACIONAL DO RIO DE JANEIRO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS JOGOS PANAMERICANOS E PARAPANAMERICANOS DE 2007

O objetivo deste capítulo é investigar o processo histórico de ascensão do Rio de Janeiro como cidade olímpica e cosmopolita no cenário internacional, especialmente através da adoção do conceito de “esportivização” e da realização de megaeventos esportivos a partir do final do século XIX. O texto apresenta, como estudo de caso, a hospedagem dos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos de 2007, explicitando as maneiras pelas quais a crescente mercantilização do município e a concentração espacial de capitais em áreas socialmente privilegiadas exerceram influência sobre os resultados previamente esperados pelo Executivo Municipal carioca. A pesquisa acerca do planejamento urbano desenvolvido no período de execução do Pan-2007 é primordial para a compreensão das estratégias adotadas, posteriormente, na candidatura e realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016.

O surgimento da prática esportiva como exercício cotidiano, mercantilizado e promotor de identidades sociais fundamentou-se, em grande medida, no método de construção da sociedade capitalista e da modernidade urbana. Esta modernidade, composta por novas práticas sociais e crenças no progresso como um todo, gerou importantes mudanças na espacialidade e impulsionou a adoção de novos hábitos comportamentais nas cidades, dentre eles, a valorização da cultura física. Os esportes passaram, a partir deste momento, a ser vistos como elementos essenciais do movimento de contemporaneidade, caracterizada por uma conjuntura de euforia e entusiasmo por novas formas de conduta consideradas aceitáveis na esfera pública (MASCARENHAS et al, 2011).

Conforme explicita Mascarenhas et al (2011), um novo *modus operandi* passou a ser arquitetado, caracterizando-se não somente pela adoção de novos pressupostos e concepções morais de sociedade, mas também pela ênfase na saúde e na disposição para conviver com as significativas mudanças tecnológicas instauradas pela cidade recém-industrializada. Através da criação de espaços inéditos de convivência e sociabilidade, as nações começaram a valorizar a adoção da prática esportiva como representação de um patamar civilizatório cosmopolita e de um desejado reconhecimento na conjuntura internacional.

O regime de “esportivização” da sociedade brasileira adquiriu suas especificidades e superou os estereótipos criados em torno das atividades ligadas a um maior esforço muscular, consideradas, anteriormente, moralmente difamantes. Como consequência, o final do século XIX e início do século XX marcaram um progressivo movimento de aceitação da prática esportiva e adesão ao lazer externo no país, incorporando tais ações na concepção de “retomada dos espaços públicos e liberalização dos costumes” (MASCARENHAS et al, 2011).

Neste cenário, a cidade do Rio de Janeiro, à época capital da República e principal centro econômico e demográfico do país, atendeu aos padrões burgueses instaurados pela Reforma Pereira Passos (1902 a 1906)³ e exibiu-se ao Sistema Internacional como cidade essencialmente moderna e cosmopolita por meio do esporte. No decorrer da transição de cidade colonial para cidade moderna, o município passou a ser reconhecido como “cidade esportiva” e associado, em grande medida, às paisagens exuberantes de sua fauna e flora, consideradas um “convite” à

³ Inspirada nos programas de modernização e remodelação urbana desenvolvidos por determinadas cidades europeias, como Londres e Paris, a Reforma Pereira Passos foi um experimento de “europeização” e instauração de padrões burgueses à cultura, arquitetura, princípios e costumes da população carioca. As mudanças propostas e realizadas pela Reforma tiveram como foco o caráter urbanístico, o plano sanitário e também a essência comportamental da sociedade, transformando a cidade em um patamar essencialmente simbólico-espacial (SILVA, 2019).

prática do esporte.⁴ Em paralelo à expansão da incipiente indústria do entretenimento do Rio de Janeiro, diversas modalidades esportivas passaram a alcançar ampla adesão populacional, inserindo-se em um contexto de incorporação da cidade entre as principais metrópoles do mundo.

Com isso, a organização de eventos esportivos internacionais, que desfrutavam, ainda, de pouco apoio governamental, tornou-se um dos caminhos pelos quais o Rio de Janeiro exteriorizou suas capacidades institucionais, suas práticas cosmopolitas e organizacionais, e sua hospitalidade para com visitantes e turistas estrangeiros ao mundo.

O primeiro evento esportivo mundial de notável apelo público sediado na cidade carioca foi o IV Campeonato Sul-Americano de Seleções Nacionais de Futebol, posteriormente denominado Copa América, em 1919. Nos princípios do sistema de institucionalização do futebol como “esporte de massas” na América do Sul, a competição futebolística, instituída no ano de 1916 e considerada a mais duradoura no cenário internacional, reuniu apenas quatro nações⁵: Brasil, Uruguai, Chile e Argentina (MASCARENHAS et al, 2011)

O Campeonato foi realizado no Estádio das Laranjeiras, pela associação esportiva Fluminense Futebol Clube. A associação, considerada, até o momento, a agremiação melhor provida de recursos financeiros, não apenas promoveu a reforma e ampliação de seu estádio para abrigar o evento, mas também foi responsável por custear a hospedagem das quatro delegações visitantes.

No ano de 1922, como parte da Exposição Centenária do Brasil, em comemoração aos cem anos da independência nacional, a cidade realizou outros dois eventos esportivos internacionais. O Campeonato Sul-Americano de Seleções Nacionais retornou ao país apresentando, como um de seus principais elementos, o desenvolvimento de “planos satisfatórios para a transformação material e estética da cidade do Rio de Janeiro, com uma visão especial das prováveis necessidades de seu desenvolvimento no futuro mais distante” (NY TIMES, 1917, apud GAFFNEY, 2010, tradução nossa). Uma vez mais, o Fluminense Futebol Clube reestruturou e ampliou seu estádio, aumentando sua capacidade de 18 mil para 25 mil espectadores. No mesmo ano, a cidade do Rio de Janeiro sediou também os Jogos Latino

⁴ Neste contexto, a utilização das praias cariocas com intenções de “banho lúdico” adquiriu vastas implicações, superando o inflexível conceito de banho somente por meio de prescrição médica com o intuito de curar questões dermatológicas. Até meados de 1850, as praias eram comumente utilizadas apenas para depósito de dejetos urbanos, coleta de mariscos e pesca para populações socialmente vulneráveis. No entanto, através da difusão do banho de mar para finalidades terapêuticas, iniciou-se um processo de adaptação do uso das praias como área de lazer (MASCARENHAS et al, 2011).

⁵ Nos demais países Sul-americanos, o futebol encontrava-se em fase embrionária de organização e adoção nas comunidades locais.

Americanos, considerados precursores dos atuais Jogos Panamericanos e Parapanamericanos, que ocorreram pela primeira vez em 1951 (MASCARENHAS et al, 2011).

O acontecimento destes três eventos esportivos de alcance continental, agrupados em um período de apenas três anos, constituiu-se como uma primeira oportunidade de atração de capital estrangeiro e transformação do espaço urbano e social carioca. Para além de glorificar e reiterar a imagem internacional da nova República como “cidade maravilhosa”, as competições auxiliaram no processo de solidificação do *status* do Rio de Janeiro como “cidade esportiva” (MASCARENHAS et al, 2011).

A partir dos anos 1980, por meio da consolidação do novo paradigma concernente à gestão urbana a nível mundial, o Rio de Janeiro deu início ao desenvolvimento de uma robusta estratégia de *city marketing*, buscando maior envolvimento de atores da sociedade e visando, sobretudo, o firmamento do município no repertório daqueles considerados propícios para sediar grandes eventos esportivos. O planejamento estratégico da cidade constituiu-se, desse modo, como um importante instrumento de inserção do Rio de Janeiro no mercado global de cidades e como uma justificativa para a realização de intervenções urbanas na cidade.

Inspirado no “Modelo Barcelona” de urbanismo, o primeiro Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro, conhecido como “Rio sempre Rio”, foi publicado em janeiro de 1996. Projetado no primeiro mandato municipal de César Maia (1993-1997) e arquitetado pela empresa catalã *Tecnologies Urbanas Barcelona S.A* (TUBSA), o Plano apoiou-se sobretudo na comercialização da imagem do município por meio de ações específicas de renovação urbana, com o objetivo de destacar as competências do Rio de Janeiro para a atração de novos investimentos e fortalecer o estabelecimento de parcerias público-privadas. Em sua totalidade, foram definidos sete temas-chave da cidade, compostos por 21 objetivos e 61 ações agregadas em 159 projetos (MOLINA, 2014).

Dentre as estratégias pautadas, estava a “Rio 2004, pólo regional, nacional e internacional”. Com o intuito de mostrar-se como um produto a ser vendido no cenário internacional, a estratégia valorizou o Rio de Janeiro como importante centro cultural, turístico e promotor de eventos, prevendo, assim, a candidatura da cidade como sede dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2004. Neste contexto, evidenciou-se ainda mais o apoio carioca à realização de eventos esportivos de grande porte, visando aprimorar a imagem da cidade mundialmente e aumentar o recebimento de turistas e visitantes (MOLINA, 2014).

Entre os anos de 2001 e 2004, durante a segunda gestão do ex-prefeito César Maia, um novo Plano Estratégico foi adotado. Denominado “As cidades da Cidade”, o Plano segmentou

o Rio de Janeiro em 12 regiões distintas com a máxima de privilegiar as diversas identidades do município. Dessa forma, estratégias singulares foram desenvolvidas para cada uma das partes, inseridas em um sistema de desconstrução do território carioca e de favorecimento da produção de espaços cada vez mais turísticos e comerciais. Este movimento foi intensificado pela candidatura do Rio de Janeiro como cidade-sede dos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos de 2007, após o insucesso no processo de candidatura às Olimpíadas de 2004, previamente citado (MOLINA, 2014).

O desejo em sediar o Pan-2007 foi manifestado por César Maia, junto ao Comitê Olímpico Brasileiro (COB), ainda em 1998. A partir disso, a proposta para hospedar os Jogos passou a ser elaborada pela Prefeitura do Rio de Janeiro, em parceria com o Comitê Olímpico Internacional (COI), e apoiada pelas instâncias estadual e federal. A candidatura foi lançada, de maneira oficial, no ano de 2001, com o envio do documento à Organização Desportiva Pan-americana (ODEPA) (MOLINA, 2014).

Diante disso, no ano de 2002, foi comunicada a decisão de escolha da cidade do Rio de Janeiro como sede para a execução dos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos de 2007. A hospedagem dos Jogos, na perspectiva do Executivo Municipal carioca, constituiu uma importante iniciativa voltada ao fomento ao esporte, ao incentivo cultural, à criação de novos postos de trabalho e à incrementação dos serviços relacionados ao turismo e entretenimento (MASCARENHAS et al, 2011).

Seguindo as diretrizes do novo ideário de planejamento urbano, a operação dos Jogos inseriu-se, em grande medida, no desenvolvimento de estratégias visando o incentivo ao progresso econômico local. Essa preparação envolveu um protótipo urbanístico formado por quatro áreas, ou anéis, em que seriam alocadas obras e infraestruturas com o objetivo de acomodar diversas modalidades esportivas. Foram elas as regiões do Pão de Açúcar, Maracanã, Deodoro e Barra da Tijuca.

No Pão de Açúcar, concentraram-se tanto instalações efêmeras e ao ar livre na Praia de Copacabana, quanto instalações permanentes que foram adaptadas de acordo com as necessidades dos Jogos, incluindo a Marina da Glória, o Parque do Flamengo e o Clube Caiçaras, na Lagoa Rodrigo de Freitas. A zona do Maracanã, por sua vez, reuniu os estádios Mário Filho, que abrigou as cerimônias de abertura e encerramento do evento, e Nilton Santos (Engenhão), construído especificamente para o Pan-2007 com capacidade máxima de 45 mil espectadores. A região de Deodoro, caracterizou-se por abrigar os centros de tiro, hipismo, hóquei, pentatlo moderno e o Morro do Outeiro. A Barra da Tijuca, por fim, reuniu 50% das

instalações esportivas de todo o Pan, além da Vila Pan-Americana, dos grandes centros de operação e do principal centro de imprensa da competição (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2008).

Neste contexto, o Pan-2007 pode ser analisado através da identificação de sete dimensões principais que orientaram sua realização e suas potenciais consequências para a cidade do Rio de Janeiro: dimensão política - responsável pelo reconhecimento do ambiente político, pela formação de potenciais coalizões ao longo da implementação do projeto e pela investigação de movimentos contestatórios à realização dos Jogos; dimensão institucional - caracterizada pela investigação das instâncias decisórias, dos atores e das operações envolvidas na concretização do Pan; dimensão simbólica - marcada pela identificação dos principais aspectos econômicos do projeto, bem como pela busca das motivações, justificativas e retóricas utilizadas em sua implementação; dimensão arquitetônica-urbanística - responsável pelas recomendações urbanísticas tomadas como modelos a serem seguidos e pela análise dos eventuais impactos associados ao uso da terra; dimensão fundiária - marcada por verificar a existência de ferramentas para a captura das mais-valias fundiárias e imobiliárias, paralelamente à identificação dos impactos nas dinâmicas imobiliárias devido à alta dos preços nas regiões perturbadas pelos Jogos; dimensão socioambiental - caracterizada por representar as visões relacionadas ao acesso social e controle público dos equipamentos esportivos; e, por fim, dimensão econômico-financeira - responsável por analisar os montantes investidos na realização do Pan (MASCARENHAS et al, 2011).

No que diz respeito às dimensões política e institucional, a aproximação do Pan-2007 levou à criação de mecanismos excepcionais de gestão e execução dos Jogos. O primeiro e principal deles foi a Secretaria Especial Rio 2007, estabelecida no ano de 2003 e originada através da transição da Secretaria Especial de Assuntos Estratégicos. Com a tarefa primordial de coordenar, planejar e executar o evento, estavam dentro do escopo de atuação da Secretaria Especial Rio 2007 as ações das entidades envolvidas no megaevento, a articulação com os diversos órgãos dos governos federal e estadual, e a conexão com o COB e com o Comitê Organizador do Pan-Americano. (MASCARENHAS et al, 2011). Este processo de reorientação organizacional em torno do megaevento esportivo que estava por vir apontou diretamente à tendência de criação de estruturas voláteis e temporárias, em detrimento do desenvolvimento de instâncias permanentes e de longo prazo no município.

Ainda no âmbito político-institucional, a emergência de novas estratégias de colaboração entre atores públicos e privados foi amplamente constatada. Novos sujeitos, como

agências, grupos planejadores e organizações do setor privado, ordenados em formato de parceria, passaram a envolver-se cada vez mais no esboço e nas estratégias de implementação dos Jogos.⁶ Segundo concepções da Secretaria Especial Rio 2007, o movimento de privatização da administração e da utilização de equipamentos esportivos públicos estava intimamente ligado à demanda pela diminuição de gastos e responsabilidades financeiras na implementação de uma parcela da infraestrutura básica necessária para realização dos Jogos (MASCARENHAS et al, 2011).

No entanto, a privatização das obras para diminuição dos custos, maior flexibilização e agilidade das atividades levou à concentração de grande parte dos investimentos destinados aos Jogos em áreas nobres da cidade. Neste quadro de exclusão social e distribuição desigual de possibilidades espaciais, a Barra da Tijuca foi o objeto central de expansão da cidade, abrigando tanto instalações novas, quanto estruturas renovadas para o evento. Denominado como o “coração dos Jogos”, o bairro foi o pólo receptor do Complexo Cidade dos Esportes, edificado em uma parte do Autódromo Internacional Nelson Piquet, onde estavam inseridos o Parque Aquático Maria Lenk, o Velódromo e a Arena Olímpica; do Complexo Esportivo Riocentro, contendo instalações temporárias; do Clube Marapendi, adaptado para as modalidades de tênis; do Morro do Outeiro, compreendendo instalações temporárias voltadas ao *mountain bike* e BMX; da Cidade do Rock, área localizada próximo ao Riocentro, construída em 1985 para sediar o Rock in Rio e utilizada, ao longo dos Jogos, como campo de beisebol e *softbol*; da Barra Bowling, espaço destinado às provas de boliche e inserido, desde 1993, no Barra Shopping; e do Centro de Futebol Zico (MOLINA, 2014).

Além de concentrar a grande maioria das instalações esportivas destinadas à realização do Pan-2007, a Barra da Tijuca também recebeu a Vila Pan-americana, compreendendo 17 edifícios e mais de 1.400 apartamentos (MOLINA, 2014). A Vila, destinada acima de tudo para as populações de média e alta renda, consolidou-se como “um modelo excludente e segregador” de planejamento urbano, reforçando a ideia de um urbanismo baseado no modelo de empresariamento urbano, em detrimento da isonomia distributiva contida na idealização inicial dos Jogos⁷ (MASCARENHAS et al, 2011).

⁶ Um exemplo disso foi a contratação da empresa de consultoria australiana MI Associates, responsável por causar alterações na legislação urbana do Rio de Janeiro devido à construção da Vila Pan, incluindo a liberação de gabarito e a ampliação da taxa de aproveitamento do espaço no qual estava localizado o empreendimento. A MI Associates constituiu-se através do sucesso alcançado com os Jogos Olímpicos de Sidney, em 2000. A Consultoria tornou-se conhecida por participar, também, na composição das candidaturas de Pequim e Londres para as Olimpíadas, sendo contratada pelo Executivo Carioca pelo valor de US\$1 milhão (MASCARENHAS et al, 2011).

⁷ Quando lançada, a Vila Pan-americana foi considerada um grande sucesso no mercado imobiliário nacional e municipal, vendendo 95% dos seus mais de 1.400 apartamentos em poucas horas. Em 2011, no entanto, apenas

Através da análise das dimensões simbólica e fundiária do Pan-2007, tem-se que a Barra da Tijuca, caracterizada pela concentração de terras e capital nas mãos de uma pequena parcela de proprietários, ofereceu uma série de "oportunidades" para a efetiva articulação dos interesses dos setores público e privado. O método de valorização fundiária da Vila Olímpica e seu entorno gerou a identificação de uma Área de Influência Direta do Pan-2007, levando à apreciação progressiva dos preços imobiliários dos apartamentos residenciais na região. Mais do que isso, a valorização fundiária levou a Barra da Tijuca a ser apoiada com investimentos públicos ainda maiores e alterações específicas na legislação urbana (MASCARENHAS et al, 2011).

A escolha da Barra da Tijuca para sediar as competições também nos empurrou para a vitória: a área é três vezes maior que Manhattan, não abriga favelas e possui geografia plana e de fácil patrulhamento, que poderia ser feito inclusive por uma polícia desarmada. A concentração das modalidades na Barra também encurtaria os deslocamentos (CÉSAR MAIA apud COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2008).

Em paralelo, a dimensão socioambiental carioca, baseada fundamentalmente na "Agenda Social-Rio", se viu esquecida em meio aos artifícios empregados pelo poder público municipal de atribuir os equipamentos utilizados nos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos de 2007 ao setor privado e de afunilar os investimentos quase unicamente à uma área da cidade. Tais atos instigaram ações e disputas já existentes entre o Executivo Municipal e grupos sociais sobre a exclusão socioespacial e os inúmeros constrangimentos ambientais gerados pela organização dos Jogos. Discussões e debates críticos acerca do modo de implementação do Pan foram idealizados por coletivos e pela sociedade civil⁸, com o intuito central de "refletir e atuar sobre os efeitos, as conquistas e os possíveis prejuízos que o evento levaria à cidade" (MASCARENHAS et al, 2011).

Finalmente, uma análise minuciosa da dimensão econômico-financeira, baseada no Relatório de Acompanhamento das Ações e Obras relacionadas aos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos de 2007, elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), em 2008, destaca, entre outros apontamentos, o superfaturamento do evento. Os pontos delicados e de preocupação do Tribunal pautaram-se na "incapacidade dos agentes envolvidos de prever,

metade dos apartamentos estavam habitados. No mesmo ano, os imóveis restantes foram a leilão por valores entre R\$148 mil e R\$486 mil, representando preços até 50% mais baratos do que os preços apontados pelo mercado (KFOURI, 2011).

⁸ Dentre os grupos citados, merece especial destaque o Comitê Social do Pan. Este, constituiu-se como um vasto e "multi-institucional" fórum, responsável por envolver universidades, associações de moradores, organizações não-governamentais e demais atores que buscaram a obtenção de maior acesso social no processo de estruturação dos Jogos panamericanos e Parapanamericanos de 2007 (MASCARENHAS et al, 2011).

antecipadamente e de forma realista, os dispêndios necessários à realização de empreendimento desta vanguarda” (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2008).

De acordo com o TCU (2008), a primeira estimativa dos gastos para os Jogos, elaborada pela Fundação Getúlio Vargas, em 2001, era de R\$177.983.430. Deste valor, R\$43.478.433 eram de responsabilidade do Governo Federal, representando 24,43%, enquanto a maior parte do financiamento do Pan-2007 caberia à Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, com uma porcentagem equivalente à 42,30% do total. O restante seria dividido entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, com 5,53% de participação, e os recursos provenientes de iniciativas privadas, representando 24,74% do total.

Já no Dossiê de Candidatura, apresentado pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro no ano de 2002, os gastos estimados para os Jogos Panamericanos e Parapanamericanos eram de R\$186.297.616. Nesta estimativa, 22,20% seriam de responsabilidade do Governo Federal Brasileiro, enquanto a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro deveria arcar com 46,22% dos gastos, e o Governo Estadual e os recursos privados financiariam, respectivamente, 5,07% e 26,51% do total (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2008).

Em fevereiro de 2003, o Centro de Operações do Rio de Janeiro (CO-RIO) apresentou um calendário geral para a execução dos Jogos, incluindo limites para a conclusão das construções e alterações nos valores propostos anteriormente pelo Dossiê de Candidatura. De acordo com o cronograma do CO-RIO, os gastos totais passariam de R\$186.297.616 para R\$224.542.550, representando um aumento de 20,53%. Neste momento, a verba de responsabilidade do Governo Federal caiu para 17,30%, enquanto a parcela da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro subiu para 56,54% (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2008).

Apesar disso, conforme relatado pelo Ministro Marcos Vinícius Vilaça (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2008), a avaliação final das ações demonstrou que o valor total gasto para a realização do Pan-2007 foi de R\$3,7 bilhões, representando os Jogos Panamericanos mais caros da história. Segundo Molina (2014), uma das principais razões do acarretamento de custos extras foi o atraso no planejamento de execução das obras, que demandou montantes extraordinários para que as construções fossem finalizadas a tempo do início dos Jogos. Ainda de acordo com o Relatório de Acompanhamento do TCU (2008), as diferenças constatadas, alinhadas à falta de envio de documentos pelo CO-RIO para validar os valores apresentados e à carência de informações por parte da SEPAN/ME sobre a totalidade dos recursos arrecadados nos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos, confirmam a

ausência de transparência na divulgação das receitas obtidas com o intuito de auxiliar o financiamento dos Jogos.

A partir do exposto, torna-se relevante analisar o singelo legado deixado pelo Pan-2007 à cidade do Rio de Janeiro. Apesar de apresentado como um projeto de desenvolvimento para a cidade do Rio de Janeiro, através do propagado comprometimento em prol da população por meio da criação de novos empregos, do fomento à atividade esportiva, dos benefícios ambientais, da efetivação de investimentos em infraestrutura, da dinamização turística e cultural, e da disseminação da imagem do Rio de Janeiro no cenário internacional, a execução dos Jogos Panamericanos e Parapanamericanos de 2007 não correspondeu às expectativas. O estímulo ao comércio local também foi pouco expressivo, em contrapartida ao discurso inicial de maior potência e vitalidade aos serviços de cada bairro.

No entanto, o movimento de sediar este megaevento esportivo foi considerado de extrema importância para o poder público e o Executivo municipal carioca, em vista da preparação da cidade para a candidatura aos Jogos Olímpicos de Verão de 2016, representando um passo inicial da construção da “cidade olímpica” no cenário internacional. Considerado Jogos exitosos por parte de seus organizadores, o Pan-2007 foi pensado, desde o início, como uma “vitrine” da cidade para o mundo. Bem como explicitou César Maia (2008) em entrevista,

“Aprendi que só nos tornaríamos competitivos depois de fazer um Pan”. De fato, a realização do Rio 2007 deixou a cidade mais próxima do sonho olímpico, além de mais preparada para executar um plano tão grandioso. “É difícil imaginar que o Rio mudou tanto depois de um evento de 15 dias. Introduzimos elementos de alavanca em direção a um novo patamar”, avalia o prefeito. E está confiante: “Garanto que, se houver uma pesquisa nacional em que se pergunte qual é a cidade do País considerada o centro do esporte, o Brasil vai dizer que é o Rio de Janeiro”. (COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO, 2008).

4. CONCLUSÃO

Os megaeventos esportivos representam exuberantes exposições a nível mundial e materializam-se, em grande medida, no interior das cidades como estratégias municipais e governamentais associadas ao poder privado. Especialmente a partir das décadas de 1970 e 1980, o fenômeno dos grandes eventos esportivos tornou-se ainda mais aparente ao passo que alinou-se à adoção de um novo paradigma de planejamento urbano.

Marcado pela gestão das cidades a partir da lógica empresarial e do desenvolvimento econômico, o empresariamento urbano visa a atração de novos capitais e a construção de estruturas imobiliárias singulares e especulativas. Fundamentalmente, este modelo de governança urbana é notado pela formulação de políticas sustentadas em robustas estratégias

de *city marketing* e pela adoção de parcerias público-privadas, apresentando como objetivo político-econômico, a adoção de conceitos efêmeros em detrimento da melhoria do ambiente e do desenvolvimento de preceitos duradouros e de longo prazo.

Desse modo, a realização de megaeventos esportivos traz consigo a idealização de projetos de intervenção urbana de significativo impacto, podendo levar tanto à instalação de novas estruturas, quanto à readequação seletiva de áreas preexistentes em determinado cenário urbano. Ou seja, a hospedagem de grandes eventos esportivos é considerada, muitas vezes, uma oportunidade para a execução de obras grandiosas nas cidades, gerando, em alguns casos, a acentuação de procedimentos de fragmentação do território.

No contexto de consolidação deste modelo, os megaeventos esportivos encontram-se intimamente ligados à abrangência e atratividade internacional, proporcionadas pela ampla cobertura midiática ao longo dos eventos. Com isso, o ato de tornar-se uma cidade olímpica vai muito além de uma mera denominação. Almejado por diversos municípios inseridos no competitivo cenário mundial, este título representa não somente estar em evidência em escala global, mas também significa a perspectiva de atração de novos investimentos e turistas, de geração de novos negócios, de adoção de parcerias público-privadas e, acima de tudo, de reconhecimento internacional.

Na cidade do Rio de Janeiro, a adoção das estratégias inseridas no paradigma do empresariamento urbano constituíram importantes instrumentos para a inserção do município no “mercado mundial de cidades” (MOLINA, 2014). Este momento, marcado pela elaboração dos Planos Estratégicos a partir dos anos 1990, tornou-se conhecido pela utilização dos megaeventos esportivos como pretexto para a realização de diversas interferências territoriais na cidade.

Ao sediar os Jogos Panamericanos e Parapanamericanos no ano de 2007, o Rio de Janeiro experienciou um primeiro passo rumo à denominação de cidade olímpica. Em seu projeto de candidatura, diversos foram os discursos realizados sobre a hospedagem do evento, pautando-se sobretudo no reconhecimento dos legados que o Pan deixaria na cidade em favor da população local, do meio ambiente, da infraestrutura urbana, do desenvolvimento social, da geração de novos postos de trabalho e da dinamização do turismo (MOLINA, 2014). No entanto, escassos foram os legados sociais positivos deixados pelos Jogos.

Para além das ações prometidas previamente, o Pan-2007 foi responsável por colaborar para a inclusão do município do Rio de Janeiro no rol de cidades aptas a sediar um megaevento esportivo no século XXI, contribuindo, acima de tudo, para a posterior vitória da cidade para

sediar uma Olimpíada, após as falhas tentativas de 2004 e 2012. Desde o início, os Jogos Panamericanos e Parapanamericanos de 2007 foram planejados visando a candidatura do Rio de Janeiro aos Jogos Olímpicos de Verão em um período próximo, transformando a cidade em uma espécie de “vitrine” (MOLINA, 2014) e sendo considerado, acima de tudo, exitoso por seus organizadores.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZZI, Veronica F. Security for show? The militarisation of public space in light of the 2016 Rio Olympic Games. **Contexto Internacional**, v. 39, p. 589-607, 2017. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/cint/a/KjrJKndnJTWZFy4XmczcMxw/?lang=en>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

BIENENSTEIN, Glauco. The 2016 olympiad in Rio de Janeiro: who can/could/will beat whom?. **Esporte e Sociedade**, n. 19, 2021. Disponível em: <<https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=2e25ef95f31cf0fc0bf6969df05432f464de840c>>. Acesso em 02 set. 2023.

COMITÊ OLÍMPICO BRASILEIRO. Relatório Oficial dos XV Jogos Pan Americanos e III Jogos Parapan-Americanos Rio 2007. Comitê Organizador dos Jogos Pan-Americanos 2007, 2008. Disponível em: <<http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/jspui/handle/123456789/1427?mode=full>>. Acesso em: 18 maio 2024.

GAFFNEY, Christopher. Mega-events and socio-spatial dynamics in Rio de Janeiro, 1919-2016. **Journal of latin american geography**, p. 7-29, 2010. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/25765282>>. Acesso em 23 ago. 2023.

GAFFNEY, Christopher Thomas. The mega-event city as neo-liberal laboratory: The case of Rio de Janeiro. **Percorso Acadêmico**, v. 4, n. 8, p. 217-237, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.pucminas.br/index.php/percursoacademico/article/view/8074>>. Acesso em 23 ago. 2023.

HARVEY, David. 1989. "From Managerialism to Entrepreneurialism: The Transformation in Urban Governance in Late Capitalism". *Geografiska Annaler. Series B, Human Geography*, 71, 1989. Disponível em: <https://urpa3301.weebly.com/uploads/4/0/9/2/4092174/04b.harvey_1973_.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2024.

KFOURI, Juca. Legados do Pan-2007. **UOL**, 2011. Disponível em: <<https://blogdojuca.uol.com.br/2011/02/o-legado-do-pan-2007/>>. Acesso em 20 maio 2024.

MASCARENHAS, Gilmar et al. O jogo continua: megaeventos esportivos e cidades. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

MASCARENHAS, Gilmar. Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos. **Caderno Virtual de Turismo**, v.

14, n. 1, p. 52-65, 2014. Disponível em:
<<https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1021>>. Acesso em 14 mar. 2024.

MOLINA, Fabio Silveira. A produção da “Cidade Olímpica” e o contexto do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 16, n. 2, p. 63-63, 2014. Disponível em:
<<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/4774>>. Acesso em: 03 jun. 2024.

RODRIGUES, Thiago et al. Brazil, pacification and major events: forging an “ambience of security” in Rio. 2018. Disponível em: <<https://digibug.ugr.es/handle/10481/51709>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

SABORIO, Sebastian. The pacification of the favelas: Mega events, global competitiveness, and the neutralization of marginality. **Socialist Studies/Études socialistes**, 2013. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/publication/299545415_The_Pacification_of_the_Favelas_Mega_Events_Global_Competitiveness_and_the_Neutralization_of_Marginality>. Acesso em: 22 nov. 2023.

SÁNCHEZ, F. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. In: Revista brasileira de estudos urbanos e regionais, n. 1, mai-nov. Campinas: ANPUR, 1999. Disponível em: <<https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/13>>. Acesso em: 03 maio 2024.

SILVA, Mayara Grazielle Consentino Ferreira da. Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, v. 11, p. e20180179, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/urbe/a/RZQZ3vhLgqTmYWXQXZrqSgJ/>>. Acesso em 10 maio 2024.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. Relatório de Acompanhamento das Ações e Obras relacionadas aos Jogos Pan e Parapan-americanos de 2007. Relator: Marcos Vinícius Vilaça. Brasília: TCU, 2008. Disponível em: <https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/documento/acordao-completo/*/NUMACORDAO%253A2101%2520ANOACORDAO%253A2008%2520COLEGIADO%253A%2522Plen%25C3%25A1rio%2522/DTRELEVANCIA%2520desc%252C%2520NUMACORDAOINT%2520desc/0>. Acesso em: 18 maio 2024.